



BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

VITOR NUNES SOARES

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS VINCULADAS A UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE EM PARANAIGUARA/GO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rio Verde - GO

2025

VITOR NUNES SOARES

**CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS VINCULADAS A UM ESCRITÓRIO DE
CONTABILIDADE EM PARANAIGUARA/GO: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Federal Goiano –
Campus Rio Verde, como requisito parcial
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Administração.

Professor Orientador: Kennedy de Araújo
Barbosa

Rio Verde – GO

2025

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema Integrado de Bibliotecas do IF Goiano - SIBi**

S676 Nunes Soares, Vítor
CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS VINCULADAS A UM
ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE EM
PARANAIGUARA/GO: RELATO DE EXPERIÊNCIA / Vítor
Nunes Soares. Rio Verde 2025.

1f. il.

Orientador: Prof. Dr. Kennedy de Araújo Barbosa.
Tcc (Bacharel) - Instituto Federal Goiano, curso de 0220293 -
Bacharelado em Administração - Rio Verde (Campus Rio

1. Título. 2. Classificação. 3. Análise de dados. 4. Porte
empresarial. I. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Documentos 98/2025 - GEPTNM-RV/DE-RV/CMPRV/IFGOIANO

Repositório Institucional do IF Goiano - RIIF Goiano

Sistema Integrado de Bibliotecas

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO- CIENTÍFICAS
NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Vitor Nunes Soares

Matrícula: 2022102202930490

Título do Trabalho: Classificação das empresas vinculadas a um escritório de contabilidade em Paranaiguara/GO: um relato de experiência

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: ☒ Não ☐ Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 10/11/2025

O documento está sujeito a registro de patente? ☐ Sim ☒ Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? ☒ Sim ☐ Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

1. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
2. obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
3. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Rio Verde, 10 de Novembro de 2025.

Vitor Nunes Soares

Assinado eletronicamente pelo o Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Prof. Dr. Kennedy de Araújo Barbosa

Assinatura eletrônica do(a) orientador(a)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Kennedy de Araujo Barbosa, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 26/11/2025 14:56:44.
- **Vitor Nunes Soares, 2022102202930490 - Discente**, em 26/11/2025 15:08:53.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 03/11/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 759306

Código de Autenticação: 8a960264fd



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Rio Verde

Rodovia Sul Goiana, Km 01, Zona Rural, 01, Zona Rural, RIO VERDE / GO, CEP 75901-970

(64) 3624-1000



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 36/2025 - GEPTNM-RV/DE-RV/CMPRV/IFGOIANO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Aos dez dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, às 16 horas, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: Kennedy de Araújo Barbosa (orientador), Carlos Antônio Sobrinho (membro) e Ítalo José Bastos Guimarães (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado "Classificação das empresas vinculadas a um escritório de contabilidade em Paranaiguara/GO: um relato de experiência" do estudante Vítor Nunes Soares, Matrícula nº 2022102202930490 do Curso de Bacharelado em Administração do IF Goiano – Campus Rio Verde. A palavra foi concedida a estudante para a apresentação oral do TC, houve arguição do candidato pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela APROVAÇÃO do estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

(Assinado Eletronicamente)

Prof. Dr. Kennedy de Araújo Barbosa

Orientador

(Assinado Eletronicamente)

Prof. Dr. Carlos Antônio Sobrinho

Membro

(Assinado Eletronicamente)

Prof. Dr. Ítalo José Bastos Guimarães

Membro

Ciente:

Prof. Dr. Jesiel Souza Silva
Responsável de Trabalho de Curso - TCC - Bacharelado em Administração

Observação:

() O(a) estudante não compareceu à defesa do TC.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Kennedy de Araujo Barbosa**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO , em 10/11/2025 16:39:12.
- **Italo Jose Bastos Guimaraes**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO , em 10/11/2025 16:43:42.
- **Carlos Antonio Cardoso Sobrinho**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO , em 10/11/2025 16:52:13.
- **Jesiel Souza Silva**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO , em 11/11/2025 09:28:06.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 03/11/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 759427

Código de Autenticação: e3b14d7c35



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Rio Verde

Rodovia Sul Goiana, Km 01, Zona Rural, 01, Zona Rural, RIO VERDE / GO, CEP 75901-970

(64) 3624-1000

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder força e sabedoria ao longo desta caminhada.

A minha família, pelo incentivo e apoio incondicional.

Aos professores do curso, especialmente ao (a) orientador (a), por todo o suporte e dedicação.

Aos colegas e à equipe do escritório de contabilidade onde realizei o estágio, pela contribuição com conhecimentos práticos essenciais.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a classificação das empresas atendidas por um escritório de contabilidade situado em Paranaiguara/GO, considerando os critérios legais de porte e natureza jurídica. A investigação fundamenta-se em um relato de experiência decorrente do estágio supervisionado, no qual se constatou a predominância de microempresas no município, bem como as dificuldades enfrentadas pelas organizações locais no que se refere à gestão contábil e ao acesso ao crédito. Os resultados obtidos evidenciam o papel estratégico da contabilidade consultiva e ressaltam a relevância da aplicação das normas internacionais direcionadas às pequenas e médias empresas. A metodologia adotada compreendeu levantamento documental, revisão bibliográfica e análise descritiva dos dados de faturamento empresarial.

Palavras-chave: Classificação empresarial; Contabilidade; Micro e Pequenas empresas; Paranaiguara-GO.

ABSTRACT

This study aims to analyze the classification of companies served by an accounting firm located in Paranaiguara/GO, considering the legal criteria of size and legal nature. The investigation is based on an experiential report derived from the supervised internship, in which the predominance of microenterprises in the municipality was observed, as well as the difficulties faced by local organizations regarding accounting management and access to credit. The findings highlight the strategic role of advisory accounting and underscore the relevance of applying international standards aimed at small and medium-sized enterprises. The methodology employed consisted of documentary research, literature review, and descriptive analysis of corporate revenue data.

Keywords: Business classification; Accounting; Small businesses; Paranaiguara-GO.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
2.1 CLASSIFICAÇÕES DAS EMPRESAS PELO FATURAMENTO ANUAL BRUTO PARANAIGUARA-GO	15
2.2 ANÁLISES DOS DADOS	18
2.3 PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA CLASSIFICAÇÃO POR PORTE EMPRESARIAL	19
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
4 RELATO DE EXPERIÊNCIA	23
4.1 NÍVEL OPERACIONAL: A PREDOMINÂNCIA DAS MICROEMPRESAS (ME)..	23
4.2 NÍVEL TÁTICO: A ESTRUTURAÇÃO DAS PEQUENAS EMPRESAS (EPP)	24
4.3 NÍVEL ESTRATÉGICO: A INFLUÊNCIA DAS MÉDIAS E GRANDES EMPRESAS	25
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

A formação empresarial no Brasil tem raízes no período colonial, quando surgiram as primeiras organizações com fins econômicos. As companhias de comércio, como a Companhia Geral do Comércio do Brasil, fundada em 1649, representam os primeiros passos no sentido da constituição de empresas com estrutura administrativa, ainda que sob controle da Coroa portuguesa (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2023).

As micro e pequenas empresas (MPEs) desempenham um papel fundamental na economia brasileira, especialmente em cidades de médio porte, como as localizadas no interior de Goiás. Esse segmento empresarial é responsável pela geração de empregos e pela movimentação econômica local, atuando em diversas áreas, incluindo a contabilidade (SANTANA; RIBEIRO, 2023). No entanto, essas empresas enfrentam desafios que impactam sua sustentabilidade e crescimento, como falta de qualificação, gestão inadequada e questões burocráticas que muitas vezes dificultam a sua operação (TRAMONTIN, 2022).

A crescente demanda por serviços contábeis no Brasil, especialmente por microempreendedores individuais (MEIs), reflete o aumento do número de pequenas empresas que buscam regularizar e otimizar suas finanças. A pesquisa realizada por De Deus (2023) revela que, embora o microempreendedorismo esteja em expansão, os empresários frequentemente enfrentam desafios relacionados ao planejamento estratégico e à complexidade tributária, áreas em que os escritórios de contabilidade desempenham papel essencial.

Apesar das facilidades oferecidas pelo regime do Simples Nacional, a complexidade do sistema tributário brasileiro continua sendo um obstáculo importante. O desconhecimento sobre os diferentes regimes tributários, a escolha equivocada de opções fiscais e a constante mudança nas legislações tornam os escritórios de contabilidade essenciais para o apoio e orientação desses empresários (DE FATIMA VILELA *et al.*, 2023). O papel desses profissionais vai além do simples cumprimento das obrigações fiscais, pois também envolve a oferta de soluções estratégicas para otimizar os resultados dos pequenos negócios.

Nos escritórios de contabilidade que atendem microempresas e MEIs, a gestão fiscal e tributária envolve o acompanhamento rigoroso das obrigações legais e a escolha do regime tributário mais adequado a cada caso. A falta de conhecimento e de orientação especializada pode prejudicar o desempenho de pequenos negócios, especialmente em áreas que exigem uma adaptação constante às mudanças da legislação tributária e trabalhista (DE FREITAS; FERREIRA, 2023).

Ademais, a gestão estratégica dentro de microempresas também representa um ponto crítico para seu desenvolvimento. Muitos empreendedores não compreendem a importância de uma visão estratégica para a gestão de seus negócios, o que afeta diretamente a competitividade e a sustentabilidade das suas empresas (RESENDE, 2022). Para enfrentar essas dificuldades, os escritórios de contabilidade precisam adotar práticas eficazes de orientação e planejamento, visando a melhorar a saúde financeira e a operação de seus clientes.

O objetivo deste trabalho é realizar um relato de experiência sobre a classificação das empresas atendidas por um escritório de contabilidade no município de Paranaiguara/GO. Será analisado como o escritório realiza a categorização dos seus clientes de acordo com as diferentes exigências tributárias, com foco na escolha do regime tributário mais apropriado. Este estudo busca entender o impacto dessa classificação no processo de gestão fiscal e na orientação estratégica fornecida aos microempreendedores, a fim de contribuir para a melhoria da gestão tributária no contexto local.

Por meio desta análise, espera-se identificar práticas eficientes que possam ser replicadas por outros profissionais da área contábil, além de fornecer insights para os desafios enfrentados por escritórios que atendem a microempresas. Este estudo será baseado tanto em dados empíricos obtidos junto ao escritório de contabilidade como em uma revisão da literatura atual sobre o tema (DE DEUS, 2023; DE FATIMA VILELA *et al.*, 2023; TRAMONTIN, 2022), proporcionando uma contribuição relevante para a prática contábil no Brasil.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A análise da atuação empresarial em Goiás revela a relevância de um grupo seleto de empresas com forte inserção no mercado internacional. Segundo Freire de Lucena, Correia e Florentino (2022), as empresas goianas que exportaram continuamente entre 2016 e 2020 apresentaram elevado grau de internacionalização e características específicas, como estrutura organizacional mais sólida e práticas administrativas diferenciadas. A permanência dessas empresas no comércio exterior está relacionada a fatores como investimento em inovação, estratégias de governança e capacidade de adaptação aos mercados externos.

Outro ponto relevante para a classificação empresarial diz respeito à forma como se analisa a atividade econômica. Silveira, Zanolla e Machado (2015) propuseram uma classificação alternativa das empresas brasileiras com base na tipologia de Fleuriet, que considera a estrutura financeira das organizações e seus ciclos operacionais. Essa abordagem destaca a importância de entender o comportamento financeiro da empresa como critério complementar à classificação tradicional por setor ou porte, o que pode auxiliar escritórios de contabilidade na avaliação do perfil econômico de seus clientes.

A governança corporativa também é um fator decisivo para o desempenho empresarial. Sonza e Kloeckner (2014) demonstram que boas práticas de governança contribuem significativamente para a eficiência das empresas brasileiras, especialmente em termos de rentabilidade, gestão de riscos e acesso a financiamento. Os autores reforçam que a adoção de práticas transparentes e estruturadas de gestão impacta diretamente o crescimento sustentável e a competitividade no mercado — aspecto essencial também para empresas de pequeno e médio porte atendidas por escritórios de contabilidade em municípios como Paranaçuara/GO.

No que se refere às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), La Rovere (s.d.) destaca que essas organizações representam uma parcela essencial da economia brasileira, especialmente em regiões menos industrializadas. Apesar de enfrentarem desafios como o acesso ao crédito e a baixa capacitação gerencial, as

MPMEs possuem elevado potencial de geração de emprego e renda. De acordo com informações disponibilizadas pela SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE – SUDECO (2025), municípios como Paranaiguara/GO têm um perfil empresarial voltado predominantemente ao comércio e à prestação de serviços, o que reforça o papel estratégico da contabilidade na formalização e sustentabilidade dessas empresas.

2.1 CLASSIFICAÇÕES DAS EMPRESAS PELO FATURAMENTO ANUAL BRUTO PARANAIGUARA-GO

Para uma análise mais detalhada do porte das empresas em Paranaiguara/GO, é fundamental entender as faixas de faturamento anual bruto que definem as categorias empresariais. De acordo com critérios estabelecidos pelo **SEBRAE**, **BNDES** e **TRON Sistemas** (2024), as empresas são classificadas conforme o seu faturamento anual, o que impacta diretamente a gestão contábil e o acesso a crédito.

Tabela 1 - Classificação das Empresas pelo Faturamento Anual Bruto

Porte da Empresa	Faturamento Anual Bruto (R\$)
Microempresa (ME)	Até R\$ 360.000,00
Pequena Empresa (EPP)	De R\$ 360.000,01 até R\$ 4.800.000,00
Média Empresa	De R\$ 4.800.000,01 até R\$ 300.000.000,00
Grande Empresa	Acima de R\$ 300.000.000,00

Fonte: BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (2025).

A seguir, apresentam-se os dados reais de faturamento das empresas de Paranaiguara/GO, categorizados conforme o porte empresarial para o ano de 2024.

Esses dados ilustram a aplicação prática da classificação de empresas, conforme as faixas de faturamento estabelecidas na tabela anterior.

Tabela 2 - Faturamento Real de Empresas de Paranaiguara/GO (2024)

CATEGORIA: MICROEMPRESA (ME)	FATURAMENTO ANUAL (R\$)
	108.863,38
	17.488,50
	230.077,00
	38.522,19
	5.285,00
	144.029,28
	143.376,89
	178.675,90
	52.591,61
	221.390,91
	21.467,74
	235.751,66
	111.102,82
	82.506,77
	8.384,83

	60.344,45
	39.440,00
	8.900,00
	308.080,30
	321.350,77
	354.508,45
Prestadoras de Serviços	
	82.828,73
	35.652,00
	89.482,70
	24.416,00
	70.500,00
	32.559,46
	108.332,33
	337.221,88

Fonte: TRON Sistemas (2025).

Tabela 3- Faturamento Empresa Pequeno Porte.

CATEGORIA: EMPRESA DE PEQUENO PORTE	FATURAMENTO ANUAL (R\$)
	677.650,89

	513.233,61
	396.549,58
	387.118,68
	1.106.873,83
	1.353.391,03

Fonte: TRON Sistemas (2025).

2.2 ANÁLISES DOS DADOS

A classificação das empresas com base no faturamento anual bruto é um critério fundamental para a gestão contábil e para o planejamento estratégico das empresas. As faixas de faturamento determinadas por órgãos como o **BNDES** e o **SEBRAE** são cruciais para a organização das obrigações fiscais e para a definição de estratégias empresariais.

Os dados de Paranaiguara/GO revelam uma predominância de microempresas no município, com várias empresas atingindo faturamentos próximos ao limite superior dessa categoria, como empresas com R\$ 321.350,77 a R\$ 354.508,45. Este cenário sugere que o município possui um perfil empresarial voltado para negócios de menor porte, mas com uma significativa contribuição para o comércio e serviços locais.

As empresas de pequeno porte também se destacam, com faturamentos que variam entre R\$ 387.118,68 e R\$ 1.353.391,03, evidenciando uma movimentação econômica robusta e a presença de empresas em expansão. As empresas de médio porte com faturamento anual entre R\$ 4.800.000,01 e R\$ 300.000.000,00 não tiveram representação no município.

Esses dados podem servir como base para uma análise mais aprofundada das necessidades contábeis das empresas locais, permitindo uma compreensão detalhada do perfil econômico do município e a atuação dos escritórios de contabilidade na gestão dessas empresas.

2.3 PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA CLASSIFICAÇÃO POR PORTE EMPRESARIAL

A classificação das empresas por porte é mais do que uma simples ferramenta estatística. Trata-se de um instrumento estratégico que visa promover justiça econômica, ampliar o acesso a recursos e contribuir para o desenvolvimento sustentável. Um dos critérios mais utilizados para essa categorização é o faturamento bruto anual, que permite distinguir empresas com estruturas operacionais e financeiras diferentes e, assim, viabilizar políticas públicas mais adequadas à sua realidade (BNDES, 2025).

Um dos princípios fundamentais dessa prática é a isonomia econômica, que garante condições mínimas de competitividade às micro e pequenas empresas, por meio de mecanismos como incentivos fiscais, crédito facilitado e programas de capacitação. Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o apoio a esses empreendimentos é prioritário, uma vez que representam a maioria dos negócios ativos no Brasil e têm grande impacto sobre o emprego e a renda (BNDES, 2025).

Outro princípio relevante é o da eficiência na gestão pública, que permite aos órgãos governamentais a alocação mais precisa de recursos, conforme o perfil das empresas. A aplicação desse modelo favorece políticas públicas segmentadas, ajustadas às necessidades específicas de cada porte empresarial (BNDES, 2025). Além disso, dados sobre estrutura e desempenho empresarial mostram que empresas de menor porte apresentam desafios estruturais distintos, o que reforça a importância de uma abordagem diferenciada (BOTELHO *et al.*, 2021).

Dentre os principais objetivos da classificação por porte empresarial, destacam-se:

- Facilitar o acesso a políticas de fomento: ao identificar seu porte, o empresário pode buscar programas e incentivos compatíveis com sua realidade (BNDES, 2025);
- Estimular o crescimento escalonado das empresas: estabelecendo metas proporcionais ao tamanho da organização, favorecendo o desenvolvimento sustentável (BOTELHO *et al.*, 2021);
- Promover a formalização de negócios: especialmente nos pequenos municípios, a classificação contribui para que empreendedores

informais tenham incentivo à legalização, acesso ao crédito e segurança jurídica (SUDECO, 2025);

- Descentralizar o desenvolvimento econômico: em regiões como o Centro-Oeste, a aplicação da classificação favorece políticas de interiorização do crescimento, como é o caso do município de Paranaiguara-GO (SUDECO, 2025);
- Melhorar o ambiente de negócios: empresas classificadas corretamente têm maior previsibilidade jurídica, o que colabora com a gestão estratégica e a atração de investimentos (BNDES, 2025).

Portanto, a classificação empresarial por porte atua como um recurso técnico, gerencial e social, fortalecendo o ambiente de negócios e permitindo a construção de políticas públicas e privadas mais justas e eficazes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é o pilar que define a abordagem e os instrumentos utilizados para alcançar os objetivos de uma pesquisa. Em um trabalho acadêmico, ela serve como o mapa que guia o pesquisador, assegurando que a coleta e a análise dos dados sejam realizadas de forma sistemática e confiável. No contexto deste trabalho, a metodologia foi desenhada para conectar a fundamentação teórica sobre classificação empresarial com a realidade prática vivenciada em um escritório de contabilidade em Paranaiguara/GO. Nesses casos, “os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações” (DUARTE, 2002, p. 3).

Quanto aos fins, esta pesquisa classifica-se como aplicada, pois tem como objetivo gerar conhecimentos para a aplicação prática e análise de um contexto específico, qual seja, o perfil das empresas atendidas pelo escritório em Paranaiguara/GO. Conforme os objetivos propostos, o estudo é predominantemente descritivo, pois visa expor e detalhar as características de um fenômeno, a classificação das empresas locais, utilizando dados concretos de faturamento. A abordagem central do trabalho é o relato de experiência, fundamentado nas vivências do estágio supervisionado, permitindo uma análise qualitativa das observações práticas.

Para a construção do referencial teórico, foi utilizada a revisão bibliográfica. Este procedimento foi essencial para estabelecer os critérios legais e conceituais de porte empresarial, fundamentando a análise. Foram consultadas as definições e faixas de faturamento estabelecidas por órgãos centrais no fomento empresarial, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o SEBRAE, além de autores que discutem a importância das MPE's no contexto regional.

A etapa de coleta de dados foi realizada por meio de levantamento documental. Este procedimento consistiu na coleta de dados primários e quantitativos diretamente da fonte, ou seja, do escritório de contabilidade onde o estágio foi realizado. Foram extraídos dados reais de faturamento anual, referentes ao ano de 2024, do sistema de gestão utilizado pelo escritório: “TRON Sistemas”, com a devida autorização prévia do escritório, que detém direito e licença de acesso às informações

coletadas e preenchidas no banco de dados local. Esses dados brutos foram, então, organizados e consolidados nas Tabelas 2 e 3, que servem de base para a análise.

Por fim, a análise dos dados seguiu uma abordagem de análise descritiva. Os dados de faturamento obtidos no levantamento documental foram categorizados e comparados com os critérios estabelecidos na revisão bibliográfica. Isso permitiu descrever o perfil empresarial de Paranaiguara/GO, identificando a predominância de microempresas e a ausência de representação de empresas de médio e grande porte nos dados coletados. O relato de experiência complementa essa análise, trazendo observações qualitativas sobre as dificuldades práticas enfrentadas por essas empresas, como o acesso a crédito e a formalização.

4 RELATO DE EXPERIÊNCIA

A pesquisa, conforme delineada nos procedimentos metodológicos, fundamenta-se em um relato de experiência adquirido durante o estágio supervisionado. Esta vivência prática foi desenvolvida em um escritório de contabilidade no município de Paranaiguara/GO, cujo foco de atuação transcende as obrigações fiscais tradicionais, buscando aplicar os preceitos da contabilidade consultiva. A imersão neste ambiente permitiu a observação direta e a análise crítica da carteira de clientes, servindo como campo de prova para a aplicação prática dos conceitos de classificação empresarial.

A análise da carteira de clientes foi segmentada com base nos critérios de porte (Faturamento Bruto Anual), conforme estabelecido pela legislação e por órgãos de fomento (Tabela 1). A partir desta segmentação, foi possível identificar padrões de comportamento gerencial, demandas contábeis e desafios estruturais específicos para cada grupo.

4.1 NÍVEL OPERACIONAL: A PREDOMINÂNCIA DAS MICROEMPRESAS (ME)

A observação prática confirmou os dados quantitativos (Tabela 2): a vasta maioria dos atendimentos e da base de clientes do escritório é composta por Microempresas (ME). A vivência no atendimento a este público revelou que suas dores não são primariamente fiscais, mas gerenciais.

Constatou-se que a gestão desses negócios é, em regra, centralizada na figura do proprietário, que acumula funções operacionais, táticas e estratégicas. Isso resulta diretamente nos principais desafios observados:

- Ausência de Planejamento Financeiro e Contabilidade Gerencial: A contabilidade é percebida por este grupo quase exclusivamente como uma obrigação legal para apuração de tributos, fim fiscal, e não como uma ferramenta de gestão, fim gerencial. Não há, na maioria dos casos, uma distinção clara entre o patrimônio da pessoa física e da pessoa jurídica, o que compromete a análise de rentabilidade e a saúde financeira do negócio.

- Baixo Nível de Formalização e Dificuldade de Acesso a Crédito: A ausência de registros contábeis estruturados e planejamento sistemático impacta diretamente a capacidade de obtenção de crédito. As instituições financeiras exigem demonstrativos contábeis fidedignos para análise de risco, e a informalidade ou a desorganização dos dados impede que essas empresas acessem capital para investimento, perpetuando um ciclo de baixo crescimento. O papel do escritório, neste segmento, é quase pedagógico, focando na educação financeira e na estruturação dos controles básicos.

4.2 NÍVEL TÁTICO: A ESTRUTURAÇÃO DAS PEQUENAS EMPRESAS (EPP)

As Empresas de Pequeno Porte (EPP), embora em menor número na carteira analisada, demonstraram um grau de maturidade gerencial significativamente mais elevado. Essas organizações, muitas das quais originaram-se como MEs, já superaram os desafios iniciais de sobrevivência e encontram-se em fase de estruturação e expansão.

A demanda deste grupo para com o escritório contábil é mais sofisticada. A principal procura não é apenas pela conformidade fiscal, mas por otimização e suporte ao crescimento. As demandas observadas incluíam:

- Planejamento Tributário: Análises para avaliar a permanência no Simples Nacional ou a transição para regimes como Lucro Presumido, visando maior eficiência fiscal.
- Melhorias na Gestão: Consultoria para implementação de controles de custos, formação de preço e indicadores de desempenho (KPIs).
- Capacitação de Equipes: Com o aumento do quadro de funcionários, surgem as primeiras demandas por estruturação de RH e gestão de pessoal.

Para este perfil, o contador deixa de ser um mero executor de obrigações e passa a atuar como um consultor de negócios, alinhado à visão estratégica da empresa.

4.3 NÍVEL ESTRATÉGICO: A INFLUÊNCIA DAS MÉDIAS E GRANDES EMPRESAS

Embora os dados coletados (Tabela 2 e 3) não tenham apontado a presença de Médias Empresas sediadas no município, a vivência no escritório permitiu identificar sua atuação em setores específicos, como o agroindustrial e o logístico. A demanda deste porte, geralmente atendida por estruturas contábeis mais robustas, é altamente técnica, focada em suporte técnico, gestão de riscos operacionais e fiscais e orientação para a inovação e inserção em novos mercados. Notou-se também a necessidade de adequação a normas contábeis mais complexas, como a IFRS para PMEs.

Por fim, embora Grandes Empresas não possuam sede na cidade, a experiência revelou sua influência indireta massiva no ecossistema local. Elas operam como âncoras da cadeia de suprimentos, demandando serviços e produtos de produtores rurais, transportadoras e fornecedores locais, muitos dos quais são clientes (ME e EPP) do escritório. Essa dinâmica evidencia que o crescimento das pequenas empresas locais está, em parte, atrelado à saúde financeira dessas grandes organizações, que fomentam a geração de emprego e renda regionais.

Esta vivência prática, portanto, validou a premissa central do trabalho: a classificação empresarial pelo faturamento é uma ferramenta de diagnóstico estratégico essencial. Ela permite ao profissional contábil segmentar sua atuação e ofertar soluções compatíveis com as necessidades e a maturidade de gestão de cada tipo de empreendimento.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do perfil empresarial de Paranaiguara/GO, com base nos dados de faturamento obtidos pelo sistema TRON, devidamente autorizados pelo escritório detentor da licença e uso das informações, revela uma predominância expressiva de microempresas, as quais representam o principal motor da economia local. Essa concentração se alinha ao perfil de muitos municípios do Centro-Oeste brasileiro, onde o setor terciário, especialmente comércio e serviços, é predominante (SUDECO, 2025). Tal cenário demanda atenção especial por parte de políticas públicas e dos escritórios de contabilidade, que atuam como agentes intermediadores na formalização e sustentabilidade desses negócios.

Para a realização deste estudo, 35 (trinta e cinco) empresas ativas da carteira de clientes foram analisadas. O critério de inclusão foi o vínculo ativo e ininterrupto com o escritório por um período mínimo de 12 meses, garantindo a disponibilidade de dados de Faturamento Bruto Anual. Foram excluídas empresas com vínculo inferior a 12 meses, inativas ou em processo de encerramento.

As empresas de pequeno porte, embora em menor número, mostraram indícios de estruturação mais robusta e potencial de crescimento. A média de faturamento dessas empresas em Paranaiguara varia entre R\$ 308 mil e R\$ 677 mil, o que as posiciona como atores econômicos importantes, capazes de gerar empregos e movimentar a economia local. Essa transição de ME para EPP envolve desafios significativos, sobretudo no que tange à gestão financeira e ao cumprimento de obrigações fiscais e contábeis mais complexas. De acordo com Antonik (2004), a administração financeira eficiente é um dos pilares para o crescimento sustentável das PMEs, especialmente em regiões de menor industrialização.

Outro ponto relevante é a presença de empresas de médio porte, com faturamentos superiores a R\$ 1 milhão. Essas empresas, em geral dos setores agroindustrial e logístico, demandam soluções mais sofisticadas de contabilidade, controle de custos e planejamento estratégico. A gestão de riscos se torna essencial nesse contexto. Para Trapp e Corrar (2005), a gestão de riscos é um fator primordial para a sobrevivência das empresas, uma vez que há uma tendência mundial de desenvolver mecanismos de gestão de riscos operacionais tanto para a sobrevivência da empresa quanto para atender órgãos fiscalizadores. O que se espera de um

gerenciamento de riscos é a previsão de ameaças, precisão e auxílio para a tomada de decisão dos gestores.

A partir do relato de experiência no escritório contábil de Paranaiguara, percebeu-se que muitas empresas, apesar do enquadramento formal correto, não possuem uma estrutura interna de controle gerencial adequada. A contabilidade, muitas vezes, é usada apenas para fins fiscais, e não como instrumento de gestão. Conforme Lacerda (2006), essa é uma limitação crítica nas micro, pequenas e médias empresas, que tendem a negligenciar a contabilidade gerencial como aliada estratégica, comprometendo a capacidade de tomada de decisão baseada em dados.

É neste contexto de fragilidade gerencial que o escritório de contabilidade pode auxiliar as 35 empresas analisadas. O papel do contador transcende a escrituração fiscal e passa a ser consultivo, focado em:

- Diagnóstico e Planejamento Tributário auxiliando as PMEs a selecionarem o regime tributário mais vantajoso (Lucro Real, Presumido ou Simples Nacional), maximizando a economia fiscal;
- Contabilidade Gerencial Aplicada, que possui a capacidade de transformar os dados fiscais em indicadores de desempenho (KPIs), auxiliando os gestores a interpretar demonstrações (DRE, Balanço) para otimizar custos, precificar corretamente e planejar o crescimento;
- Estruturação de Controles Internos para orientar a separação das finanças pessoais e empresariais e a implementação de rotinas financeiras básicas, pilares para obter crédito e garantir a sustentabilidade, uma necessidade crítica para as microempresas identificadas.

No aspecto normativo, nota-se ainda uma lacuna na aplicação das normas internacionais de contabilidade para PMEs, como a IFRS para PMEs, introduzida no Brasil em 2010 (BERNARDES e COSTA, s.d.). Apesar da obrigatoriedade, sua implementação ainda é incipiente em pequenas cidades. Isso se deve, em parte, à falta de capacitação dos profissionais e ao desconhecimento por parte dos empresários. A simplificação das normas é positiva, mas exige adaptação para que seja realmente efetiva na prática contábil local.

Além disso, observa-se que muitas empresas classificadas como micro e pequenas enfrentam dificuldades de acesso a crédito. Essa restrição é agravada pela

informalidade parcial e pela ausência de registros contábeis estruturados. Segundo Oliveira et al. (2007), a administração estratégica em PMEs passa necessariamente pelo alinhamento entre planejamento, contabilidade e finanças. Sem registros adequados e planejamento sistemático, torna-se inviável atender aos requisitos de instituições financeiras.

Por outro lado, empresas que recebem suporte técnico e contábil qualificado demonstram maior capacidade de adaptação e crescimento. A contabilidade consultiva se mostra uma tendência crescente e necessária, como forma de orientar o empreendedor para além do cumprimento de obrigações fiscais. De acordo com Oliveira Neto et al. (2007), a administração estratégica, quando bem implementada, transforma a empresa em uma organização proativa, capaz de antecipar desafios e explorar oportunidades de mercado.

Portanto, este trabalho contribuiu significativamente para a formação profissional ao permitir a integração entre a teoria acadêmica e a prática consultiva do mercado. A vivência prática no escritório de Paranaiguara, com a análise segmentada da carteira de clientes, desenvolveu o raciocínio crítico necessário para:

- Diagnosticar Problemas: Ir além dos números e identificar as causas raízes de problemas gerenciais, como a falta de controle interno e a negligência da contabilidade gerencial (Lacerda, 2006).
- Visão Estratégica: Aplicar conceitos de gestão de riscos (Trapp e Corrar, 2005) e planejamento estratégico (Oliveira Neto et al., 2007) para transformar o contador de um mero "registrador de fatos" em um parceiro estratégico capaz de guiar as empresas analisadas para a sustentabilidade.

Por fim, a vivência no escritório contábil de Paranaiguara evidenciou que a classificação por porte, embora útil, deve ser complementada por análises qualitativas da estrutura e da gestão das empresas. A atuação do contador como agente de transformação vai além da escrituração; ela envolve compreensão do negócio, diálogo com o empreendedor e construção conjunta de soluções. Portanto, discutir os resultados da classificação empresarial à luz de ferramentas gerenciais e estratégicas é fundamental para promover o desenvolvimento econômico regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada neste trabalho, pôde-se observar que o município de Paranaiguara/GO apresenta uma forte predominância de microempresas, que desempenham papel essencial na movimentação da economia local. Essa constatação foi reforçada pelos dados de faturamento obtidos e organizados conforme as faixas definidas por órgãos como o SEBRAE e o BNDES. Essa classificação, embora simples à primeira vista, se mostrou fundamental para o entendimento das necessidades reais dessas empresas e para a proposição de estratégias de suporte contábil e administrativo.

A experiência vivida no estágio supervisionado permitiu uma imersão prática na realidade empresarial local. Foi possível identificar, com clareza, que muitas das micro e pequenas empresas atendidas enfrentam dificuldades estruturais, como baixa formalização, falta de planejamento financeiro e desconhecimento das obrigações contábeis. Ao mesmo tempo, observou-se um esforço crescente por parte das empresas de pequeno e médio porte em buscar a profissionalização da gestão, ampliando seu potencial de crescimento e sustentabilidade no mercado.

A atuação do contador, nesse contexto, ultrapassa a função burocrática de cumprimento de exigências fiscais. O profissional contábil surge como agente estratégico de transformação, capaz de orientar o empresário sobre decisões financeiras, viabilidade econômica e oportunidades de crescimento. A contabilidade consultiva, ainda pouco explorada em muitos municípios do interior, demonstra ser uma ferramenta promissora para o fortalecimento dos negócios locais.

Outro ponto importante evidenciado neste trabalho é a necessidade de maior divulgação e aplicação das normas internacionais voltadas às PMEs, como o IFRS para PMEs. Apesar de sua existência legal, sua implementação ainda é incipiente em pequenas cidades, muitas vezes por falta de capacitação técnica. Isso reforça a importância de políticas públicas que incentivem o acesso à formação continuada dos profissionais da área contábil e que promovam a educação financeira entre os empreendedores.

Conclui-se, portanto, que a classificação empresarial por porte não deve ser vista apenas como uma exigência legal, mas como um instrumento estratégico para análise, planejamento e desenvolvimento econômico. A compreensão das

especificidades de cada categoria empresarial permite ações mais direcionadas e eficazes, tanto por parte dos escritórios de contabilidade quanto por instituições de apoio ao empreendedorismo. Assim, o presente trabalho contribui não só para a análise local de Paranaiguara/GO, mas também para reflexões mais amplas sobre a contabilidade como ferramenta de transformação no cenário das MPMEs brasileiras.

REFERÊNCIAS

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. Porte de empresa para acesso a crédito, 2025. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/porte-de-empresa/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

BERNARDES, Juliana Reis; DA COSTA, Ricardo Ferreira. **O IFRS para as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) foi adaptado e introduzido no Brasil no ano de 2010.** Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminalri/9575/acervo/detalhe/591274>. Acesso em: 24 abr. 2025.

BOTELHO, Marisa dos Reis Azevedo et al. Heterogeneidade estrutural: uma análise segundo porte, setor e idade das empresas industriais brasileiras (2007-2016). **Revista de Economia Contemporânea**, v. 25, n. 2, p. 1–35, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/198055272524>.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as sociedades por ações. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 17 dez. 1976.

DE DEUS, Bárbara Daniele Machado. **Microempreendedorismo individual: uma revisão sistemática integrativa sobre os últimos cinco anos (2019-2023).** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/handle/123456789/3388>. Acesso em: 28 maio 2025..

DE FÁTIMA VILELA, Katia et al. Legislação trabalhista nas micro e pequenas empresas: revisão sistemática de literatura brasileira entre 2011 e 2022. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 17, n. 2, p. 91-103, 2023.

DE FREITAS, Rafaele Mourão; SOUZA FERREIRA, Kílvia. O Código Tributário Nacional: a tributação nas micro e pequenas empresas. **Revista de Empreendedorismo, Negócios e Inovação**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 49–67, 2023. DOI: 10.36942/reni.v8i1.756. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/reni/article/view/756>. Acesso em: 28 maio 2025.

DUARTE, R. **Pesquisa Qualitativa:** reflexões sobre o trabalho de campo. Caderno de Pesquisas, n. 115, p 139-154, mar. 2002.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 13. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

FREIRE DE LUCENA, A.; CORREIA, A. M.; FLORENTINO, P. Z. M. Empresas goianas que exportaram continuamente entre 2016 e 2020: grau de internacionalização e características. **Revista de Economia do Centro-Oeste**, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 21–37, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/reoeste/article/view/71553>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FREITAS, Gustavo de. A Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649-1720) (II). **Revista de História**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 85–110, 1951. DOI: <10.11606/issn.2316-9141.v3i7p85-110>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35013>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 35. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LACERDA, Joabe Barbosa. A contabilidade como ferramenta gerencial na gestão financeira das micros, pequenas e médias empresas (MPMEs): necessidade e aplicabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 160, p. 38–53, 2006.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Tipos de pessoas jurídicas. Portal Gov.br, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/arquivo-nao-publicado/redesim-homologacao/ajuda/tipos-de-pessoas-juridicas-1>. Acesso em: 23 abr. 2025.

OLIVEIRA, D. D. P. R. D. et al. **Administração estratégica**. São Paulo: Atlas, 2007.

RESENDE, Larissa Rafaela Lucas de. **Análise da gestão das micro e pequenas empresas na Região Metropolitana de Belo Horizonte: sucesso e insucesso**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

SANTANA, Hevely Samily Avelino de; RIBEIRO, Kelly Maria Araújo. Avanços e desafios da legislação brasileira em relação aos microempreendedores individuais. **RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. e432845, 2023. DOI: 10.47820/recima21.v4i3.2845. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/2845>. Acesso em: 28 maio 2025.

SEBRAE. **Classificação das empresas por porte**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/classificacao-das-empresas-por-porte>. Acesso em: 23 abr. 2025.

SILVEIRA, E.; ZANOLLA, E.; MACHADO, L. Uma classificação alternativa à atividade econômica das empresas brasileiras baseada na tipologia Fleuriet. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 14–25, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbpg/article/view/78438>. Acesso em: 23 abr. 2025.

SONZA, Igor Bernardi; KLOECKNER, Gilberto de Oliveira. A Governança Corporativa influencia a eficiência das empresas brasileiras? **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 25, n. 65, p. 145–160, 2014. DOI: <10.1590/S1519-70772014000200005>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/85358>. Acesso em: 23 abr. 2025.

SUDECO – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE. Municípios de Goiás: Paranaiguara-GO, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/sudeco/pt-br/municipios/goias/outubro/paranaiguara-go>. Acesso em: 23 abr. 2025.

TRAMONTIN, Kelly Sidnara. **Ferramentas de Gestão Estratégica para Microempreendedores Individuais: uma proposta de elementos norteadores.** 2022.

TRAPP, Adriana Cristina Garcia; CORRAR, Luiz J. Avaliação e gerenciamento do risco operacional no Brasil: análise de caso de uma instituição financeira de grande porte. **Revista contabilidade e finanças**, São Paulo, v. 16, n. 37, abr. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151970772005000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 jun.2025.

TRON SISTEMAS: Goiás/Paranaiguara. Disponível em: <https://www.tronsistemas.com.br/classificacao-de-empresa-porte/>. Acesso em: abr. 2025.